

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 9 de maio de 2024 • Nº 1799 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BALANÇO

BB lucra R\$ 9,300 bi no 1º trimestre

O Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido ajustado de R\$ 9,300 bilhões, um aumento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2023. Em relação ao quarto trimestre do ano passado, o resultado do banco teve queda de 1,5%. O banco público afirma

que o crescimento em base anual é reflexo do sucesso da execução da estratégia focada na proximidade com os clientes. Houve ainda um crescimento da margem bruta do banco, fruto do avanço da carteira de crédito, que aumentou o volume de ativos que rendem juros, e também

uma expansão no resultado da tesouraria, diante do crescimento do lucro do Patagonia, banco argentino controlado pelo BB. O BB encerrou o trimestre com retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 21,7%, alta de 0,7 ponto porcentual em base anual. **PÁGINA 2**

RIO GRANDE DO SUL

Estragos das chuvas afetam 85,5% dos municípios

O número de mortes em decorrência das chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul chegou a 105 no fim desta quarta-feira. Mais de 1,47 milhão de pessoas foram afetadas em 425 municípios do estado, o que corresponde a 85,5% das 497 cidades gaúchas. Segundo dados da Defesa Civil estadual, 130 pessoas estão desaparecidas e 163 mil estão desalojadas, ou seja, pessoas que tiveram, em algum momento, que buscar abrigo nas residências de familiares ou amigos. Nos abrigos mantidos pelas prefeituras e pela sociedade civil estão 67,4 mil pessoas. Há previsão da chegada de um ciclone extratropical no extremo sul do estado, com chuvas de mais de 100 milímetros. **PÁGINA 5**

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem superávit de US\$ 9,041 bi em abril

Apesar da queda de preços da soja, do ferro e do petróleo, o superávit da balança comercial subiu em abril. No mês passado, o país exportou US\$ 9,041 bilhões a mais do que importou, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O resultado representa alta de 13,7% em relação ao mesmo mês do ano passado e é o segundo melhor para meses de abril, só perdendo para o recorde de abril de 2021, de US\$ 9,963 bilhões. A balança comercial acumula superávit de US\$ 27,736 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 17,7% em relação aos mesmos meses do ano passado. **PÁGINA 2**

COPOM

BC corta 0,25 ponto da Selic e juros caem para 10,5% ao ano



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Confirmando o abandono da indicação dada na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto porcentual (pp.) ontem, interrompendo um ciclo de seis cortes consecutivos de 0,5 pp. Os juros básicos da economia caíram de 10,75% para 10,5% ao ano, em decisão dividida dos nove membros do colegiado - inclusive, dos quatro indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que segue reclamando do patamar dos juros no País. Foram 5 votos a 4. Votaram por uma redução de 0,25 ponto porcentual os membros mais antigos do Copom: o presidente do BC, Roberto Campos Neto (foto), Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damasco e Renato Dias de Brito Gomes. Já os indicados pelo governo Lula votaram por uma redução de 0,5 pp.: Ailton de Aquino, Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira. A redução no ritmo de corte - apesar da indicação da autoridade monetária de que manteria a redução de 0,5 pp. neste encontro - já estava dividindo o mercado. Era levemente majoritária a expectativa de que a cúpula do BC optaria por uma redução menor da taxa, de 0,25 ponto porcentual, interrompendo o ciclo de 0,5 pp. iniciado em agosto do ano passado. Ao justificar a decisão de ontem, o BC disse entender que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2025. **PÁGINA 2**

MEIO AMBIENTE



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Desmatamento da Amazônia cai 21,8%; Pantanal reduz 9,2%

O índice de desmatamento na Amazônia caiu 21,8% em um ano, segundo dados divulgados pelo governo federal ontem. De acordo com os números do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de agosto de 2022 a julho de 2023 foi desmatada uma área de 9.064 km², número inferior aos 11.594 km² registrados um ano antes. A área desmatada na Amazônia no último ano é a menor registrada desde 2019. Já no Pantanal, outro bioma importante do País, a queda foi menos expressiva. No último período analisado, foram desmatados 723 km², número que representa uma redução de 9,2% em relação ao período anterior. Durante a apresentação dos dados, a ministra Marina Silva (foto) falou sobre a importância do combate ao desmatamento no âmbito das políticas relacionadas às mudanças climática. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,21% / 129.480,89 / 270,41 / Volume: R\$ 21.227.997.033 / Negócios: 3.326.133										Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo		
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir		IPCA 15		Compra: 5,5338		Venda: 5,7138	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	39.056,39	+0,44	0,31% (abr.)	0,21% (abr.)	DÓLAR Ptax - BC		DÓLAR comercial		
BRF SA ON ATZ NM	18,51	+11,17	+1,86	PACUCAR-CBDON NM	3,20	-5,88	-0,20	SUZANO S.A. ON NM	52,32	+0,27	+0,14	NASDAQ Composite	16.302,755	-0,18	Compra: 5,0887		+0,55%	
MARFRIG ON NM	10,44	+11,18	+1,05	PETZ ON ED NM	4,84	-6,02	-0,31	VALE ON NM	63,99	-0,91	-0,59	CAC 40	8.131,41	+0,69	Compra: 5,0902		Venda: 5,0908	
LOJAS RENNERON NM	16,85	+5,78	+0,92	TELEF BRASILON EJ	46,94	-5,63	-2,80	PETROBRAS PN EDR N2	41,27	+1,53	+0,62	FTSE 100	8.354,05	+0,49	Compra: 5,1222		Venda: 5,3022	
ENGIE BRASILON ED NM	43,60	+4,48	+1,87	AMBEV S/A ON	12,17	-3,41	-0,43	ITAUUNIBANCPN EJ N1	33,28	+0,64	+0,21	DAX	18.498,38	+0,32	Compra: 5,4695		Venda: 5,4701	
MRV ON ATZ NM	7,44	+4,20	+0,30	EZTEC ON NM	14,61	-1,81	-0,27	BRF SA ON ATZ NM	18,51	+11,17	+1,86	ftse Mib	34.151,41	-0,27	Compra: 5,1222		Venda: 5,3022	

MERCADOS



Bovespa fecha com leve alta de 0,21%, aos 129,4 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve em torno da estabilidade em boa parte da tarde, mas tendeu ao positivo no fechamento, em alta de 0,21%, aos 129.480,89 pontos, com giro a R\$ 21,1 bilhões na sessão. Tanto o volume diário como a variação moderada do Índice Bovespa (Ibovespa) se enquadram na cautela que precede a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), no período da noite desta quarta-feira, que pode trazer corte de 0,25 ponto percentual ou de meio ponto percentual para a Selic, em deliberação possivelmente dividida.

Da mínima à máxima de ontem, o Ibovespa oscilou dos 128.048,04 aos 129.564,28 pontos, saindo de abertura aos 129.210,15. Na semana, o Ibovespa ganha 0,76% e, no mês, avança 2,82%, limitando a perda do ano a 3,51%.

O Ibovespa conseguiu firmar sinal positivo do meio para o fim da sessão, renovando máximas do dia discretamente - no melhor momento, +0,27% -, com boa contribuição de Petrobras (ON +1,06%, PN +1,53%), o que se contra-

pôs à perda de 0,91%, no fechamento, para a ação de maior peso no índice da B3, Vale ON.

Contribuindo para o avanço de Petrobras, os preços do Brent e do WTI subiram nesta quarta-feira, após dados sobre os estoques dos EUA terem fortalecido a expectativa por demanda.

Na ponta ganhadora do Ibovespa ontem, destaque para os frigoríficos Marfrig (+11,18%) e BRF (+11,17%), após o balanço da BRF no primeiro trimestre.

No lado oposto do índice, destaque para a queda de 5,88% em Pão de Açúcar, após os resultados trimestrais, entre Petz (-6,02%) e Telefônica Brasil (-5,63%) no fechamento do dia.

DÓLAR

O dólar subiu no mercado doméstico e esboçou fechar acima de R\$ 5,10 na sessão de ontem.

Com mínima a R\$ 5,0769 e máxima a R\$ 5,1080, o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,47%, cotado a R\$ 5,0913. Nas cinco primeiras sessões de maio, a moeda ainda acumula perdas de 1,95%.

COPOM

BC corta 0,25 pp. da Selic e juros caem para 10,5%

EDUARDO RODRIGUES E FERNANDA TRISOTTO/AE

Confermando o abandono da indicação dada na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual (pp.) ontem, interrompendo um ciclo de seis cortes consecutivos de 0,5 pp.

Os juros básicos da economia caíram de 10,75% para 10,5% ao ano, em decisão dividida dos nove membros do colegiado - inclusive, dos quatro indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que segue reclamando do patamar dos juros no País. Foram 5 votos a 4.

Votaram por uma redução de 0,25 ponto percentual os membros mais antigos do Copom: o presidente do BC, Roberto Campos Neto, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes. Já os indicados pelo governo Lula votaram por uma redução de 0,5 pp.: Ailton de

Aquino, Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira.

A redução no ritmo de corte - apesar da indicação da autoridade monetária de que manteria a redução de 0,5 pp. neste encontro - já estava dividindo o mercado. Era levemente majoritária a expectativa de que a cúpula do BC optaria por uma redução menor da taxa, de 0,25 ponto percentual, interrompendo o ciclo de 0,5 pp. iniciado em agosto do ano passado.

Ao justificar a decisão de ontem, o BC disse entender que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2025. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", repetiu o Copom.

INFLAÇÃO

As projeções oficiais do BC

para a inflação subiram, conforme o comunicado do Copom. No cenário de referência, que utiliza câmbio variando conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC) e juros do Relatório de Mercado Focus, o BC alterou a projeção do IPCA de 2024 de 3,5% para 3,8%. Para 2025, a atualização foi de 3,2% para 3,3%.

Também considerando o cenário de referência, a autarquia atualizou no Copom as projeções para os preços administrados. Em 2024, a estimativa passou de 4,4% para 4,8%. Já em 2024, variou de 3,9% para 4,0%.

Nesse cenário, o BC considera ainda que o preço do petróleo deve seguir aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passar a aumentar 2% ao ano na sequência. Também adota a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2024 e 2025.

No mercado, a expectativa de inflação do Boletim Focus deste ano variou para baixo entre os dois encontros do Comitê, (de

3,79% para 3,72%) enquanto, para 2025, foco principal da política monetária, houve aumento - de 3,50% para 3,64%. Tanto as projeções do Copom quanto as do mercado seguem acima da meta contínua, de 3,00%. Para horizontes mais longos, o Focus também mostra desancoragem.

JURO REAL

Mesmo com a nova baixa, o País segue em segundo lugar no ranking mundial dos juros reais (descontada a inflação à frente). Segundo levantamento do site MoneyYou com 40 economias, o Brasil passa a ter uma taxa de juros real de 6,54%, apenas atrás da Rússia (7,79%). Em terceiro, aparece o México (5,88%).

A média das 40 economias pesquisadas é de 0,12%. Até o Copom de março, o juro neutro brasileiro, que não estimula nem contrai a economia e, consequentemente, não acelera nem alivia a inflação brasileira, era estimado pelo BC em 4,5%, embora o mercado já considerasse uma taxa maior, de 5%.

ABRIL

Balança tem superávit de US\$ 9,041 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar da queda de preços da soja, do ferro e do petróleo, o superávit da balança comercial subiu em abril. No mês passado, o país exportou US\$ 9,041 bilhões a mais do que importou, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado representa alta de 13,7% em relação ao mesmo mês do ano passado e é o segundo melhor para meses de abril, só perdendo para o recorde de abril de 2021, de US\$ 9,963 bilhões.

A balança comercial acumula superávit de US\$ 27,736 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 17,7% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Em relação ao resultado mensal, as exportações cresceram em ritmo maior do que as importações. Em abril, o Brasil vendeu US\$ 30,92 bilhões para o exterior, aumento de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US\$ 21,879 bilhões, alta de 2,2%. Parte dessa alta se deve ao maior número de dias úteis em abril deste ano, porque, em 2024, o feriado prolongado da Semana Santa caiu em março.

Do lado das exportações, a alta no volume de petróleo, de açúcar e de combustíveis foram os principais fatores para a alta. Esse aumento ajudou a compensar a queda na exportação de soja, cuja safra terminou, e de veículos automotores, afetados pela crise na Argentina.

Do lado das importações, o recuo nas aquisições de fertilizantes e derivados e de compostos químicos foi o principal responsável por conter a alta nas compras externas.

Após baterem recorde em 2022, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities recuam desde a metade de 2023. O preço do minério de ferro, que vinha subindo há alguns meses, caiu por causa da desaceleração econômica da China, a principal compradora do produto.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 22,5%, puxados pelo maior número de dias úteis e pelo petróleo, enquanto os preços caíram 6,8% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 24,8%, impulsionada pela recuperação da economia, mas os preços médios recuaram 8,1%.

ESTIMATIVA

Em abril, o governo revisou para baixo a projeção de superávit comercial para este ano. A estimativa caiu de US\$ 94,4 bilhões para US\$ 73,5 bilhões, queda de 25,7% em relação a 2023. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações cairão 2,1%, encerrando o ano em US\$ 332,6 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 259,1 bilhões. As compras do exterior deverão subir por causa da recuperação da economia, que aumenta o consumo, num cenário de preços internacionais menos voláteis do que no início do conflito entre Rússia e Ucrânia.

DENISE LUNA/AE

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) considera que a redução da velocidade de corte da taxa Selic foi uma decisão inadequada. "A queda de apenas 0,25 ponto percentual não está alinhada com o atual cenário econômico", afirmou a entidade.

Segundo a federação, dados

recentes mostram que o processo de desinflação segue em curso, com a inflação cheia ao consumidor dentro da margem de tolerância da meta. Para a entidade, a manutenção da taxa de juros em níveis elevados tem afetado a confiança dos empresários na economia brasileira, prejudicando o investimento, que é essencial para o crescimento econômico sustentável.

A Firjan também ressaltou que, em um cenário de instabilidade externa, marcado pelo acirramento de conflitos geopolíticos e por juros altos, é fundamental o alinhamento entre as políticas fiscal e monetária.

"A recente mudança das metas fiscais para 2025 e 2026, ao adiar o ajuste fiscal necessário para estabilizar a dívida pública,

influenciou as expectativas dos investidores e aumentou o risco país. Nesse contexto, torna-se crucial reforçar a credibilidade fiscal, através de um esforço para a contenção de despesas. Esse caminho abrirá mais espaço para juros baixos, promovendo, assim, um ambiente propício ao crescimento sustentável da atividade econômica", disse a Firjan em nota.

BALANÇO

BB tem lucro líquido ajustado de R\$ 9,300 bi no 1º trimestre

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido ajustado de R\$ 9,300 bilhões, um aumento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2023. Em relação ao quarto trimestre do ano passado, o resultado do banco teve queda de 1,5%.

O banco público afirma que o crescimento em base anual é reflexo do sucesso da execução da estratégia focada na proximidade com os clientes. Houve ainda um crescimento da margem bruta do banco, fruto do avanço da carteira de crédito, que aumentou o volume de ativos que

rendem juros, e também uma expansão no resultado da tesouraria, diante do crescimento do lucro do Patagonia, banco argentino controlado pelo BB.

O BB encerrou o trimestre com retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 21,7%, alta de 0,7 ponto percentual em base anual, mas uma baixa de 0,9 p.p. em três meses. Assim como o lucro, o retorno foi o segundo maior entre os maiores bancos listados do País, atrás somente do Itaú Unibanco.

A margem financeira do banco, que mede o resultado com operações que rendem juros, foi de R\$ 25,734 bilhões, crescimento

de 21,6% em um ano puxada pelos resultados da tesouraria, que subiram 223%, para R\$ 5,457 bilhões. A margem com clientes foi de R\$ 20,277 bilhões, 4,1% maior que no mesmo intervalo de 2023.

No trimestre, a receita do banco com serviços foi de R\$ 8,344 bilhões, alta de 2,6% em um ano. O número foi impulsionado pelas linhas de seguros, previdência e capitalização, que subiram 11,5%, e pela de operações de crédito e garantias, que subiu 10,4%.

A carteira cresceu 10,2% em um ano, para R\$ 1,138 trilhão. O número foi puxado pelo agronegócio, cuja carteira teve alta de 15,5% no mesmo período. Cerca

de um terço da carteira da instituição é destinada ao agro, segmento de inadimplência mais baixa e em que o BB é líder.

A inadimplência da carteira em março era de 2,9%, pelo critério de atrasos acima de 90 dias, alta de 0,3 ponto percentual em um ano, mas estável em três meses. Entre os quatro maiores bancos listados do País, foi a segunda menor, atrás também do Itaú.

O BB fechou o trimestre com R\$ 2,305 trilhões em ativos, um aumento de 9% em relação ao mesmo período do ano passado, e de 6,1% em três meses. O patrimônio líquido em R\$ 179,021 bilhões, alta de 5,6% em um ano.

Nota

SANTOS BRASIL TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 147,8 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE

A Santos Brasil registrou lucro líquido de R\$ 147,8 milhões no primeiro trimestre de 2024. O montante mais que triplicou quando comparado aos R\$ 45,9 milhões reportados no mesmo período do ano passado. Já o Ebitda subiu 109,5% na mesma base comparativa, atingindo R\$ 321,3 milhões. A margem Ebitda ficou em 49,8%, 13,9 pontos percentuais acima do primeiro

trimestre de 2023. A receita líquida da companhia foi de R\$ 645,2 milhões entre janeiro e março, alta de 51,1% na comparação anual. A companhia destaca o aumento de 69,8% na receita dos Terminais de Contêiner e Carga Geral, principalmente nas operações de cais que registraram maior movimentação nos três terminais e maior tíquete médio. "Mais do que um aumento no número absoluto de volumes, tivemos também uma melhora na qualidade do mix", afirma o CFO da Santos Brasil, Daniel Dorea.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

CNPJ/MF 04.743.850/0001-05

Diretoria

Maria Abreu do Valle - Diretora Presidente
Luciano Reis da Silva - Diretor
Vinicius Leite Correa - Diretor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, A administração da MPE - Engenharia e Serviços S.A., submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração com as demonstrações financeiras da sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	3.1 - 4	1.058	784	Fornecedores		1.487	1.806
Contas a receber	3.2 - 5	110.519	86.642	Partes relacionadas	11	1.758	1.869
Crédito com terceiros	6	102.329	115.442	Empréstimos e financiamentos		18.120	13.434
Partes relacionadas	11	-	-	Tributos e contribuições	15	44.594	57.185
Contas com consorciadas	12	7.050	26.368	Obrigações trabalhistas	13	68.874	58.885
Outros recebíveis	8	19.314	29.884	Outras obrigações	14	11.580	9.000
		239.270	259.969			146.411	142.269
Não Circulante:				Não Circulante:			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos		7.360	-
Crédito com terceiros	6	153.493	94.451	Tributos e contribuições	15	107.413	80.415
Crédito por avaliação econômica	7	266.182	206.391	Obrigações trabalhistas	13	56.609	62.283
Outros recebíveis	8	7.708	8.335			171.472	142.678
		447.383	309.177	Patrimônio líquido			
Investimentos	3.3 - 9	23.554	22.924	Capital social	16	250.000	250.000
Imobilizado	3.4	5.925	6.175	Reservas de lucros		189.705	103.753
Intangível	10	41.456	41.456			439.705	353.753
		757.588	638.700			757.588	638.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
Receitas de serviços prestados/produtos vendidos		653.568	601.172
Impostos incidentes		(78.235)	(61.922)
Receita operacional líquida	17	575.333	539.250
Custos dos serviços prestados/ produtos vendidos	18	(492.345)	(426.819)
Lucro bruto		82.988	112.431
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas comerciais		(207)	(2.855)
Despesas administrativas	18	(26.588)	(23.159)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	83.821	(2.914)
Resultado de equivalência patrimonial		630	3.629
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		140.864	87.332
Resultado financeiro, líquido		(10.434)	(2.440)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		130.230	84.892
Imposto de renda e contribuição social		(44.278)	(28.963)
Lucro líquido do exercício		85.952	56.029
Demonstração do EBITDA			
Lucro líquido do exercício		85.952	56.029
Contribuição social e imposto de renda		44.278	28.963
Depreciação		675	532
Resultado financeiro, líquido		10.434	2.440
EBITDA		141.339	87.884
		25%	16%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		legal	especial	Total		
Saldos em 01 de janeiro de 2022	175.000	8.205	114.518	122.724	-	297.724
Aumento de capital conf. AGO/AGE	75.000	-	(75.000)	(75.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.029	56.029
Constituição de reserva legal	-	2.801	-	2.801	(2.801)	-
Transferência da lucros acumulados para reserva especial	-	-	53.228	53.228	(53.228)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	250.000	11.006	92.746	103.753	-	353.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.952	85.952
Constituição de reserva legal	-	4.297	-	4.297	(4.297)	-
Transferência da lucros acumulados para reserva especial	-	-	81.655	81.655	(81.655)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	250.000	15.303	174.401	189.705	-	439.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	85.952	56.029
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciações	675	532
Resultado de equivalência patrimonial	(630)	(3.629)
	85.997	52.932
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento de contas a receber	(103.848)	(84.486)
Adiantamento a fornecedores	(45.929)	(51.531)
Aumento em outros recebíveis	12.197	(9.530)
Redução (aumento) em contas com consorciadas	19.346	25.471
Aumento em fornecedores	(319)	764
Aumento em obrigações trabalhistas	4.415	11.791
Aumento em tributos e contribuições	14.407	39.791
Aumento em outras obrigações	2.500	2.501
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	(11.234)	(12.297)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Redução de investimentos	-	7.168
Adições ao imobilizado	(425)	(5.223)
Adições ao intangível	(0)	1.514
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	(425)	2.859
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	12.045	7.478
Partes relacionadas	(112)	2.408
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	11.933	9.886
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	274	148
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	636	636
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.058	784
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	274	148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2001, com sede no Rio de Janeiro, através da incorporação do acervo líquido das Companhias pertencentes ao segmento de serviços de concessões e serviços de engenharia, independente do tipo de Companhia, de percentual de participação, da relevância e da influência dos investimentos. Na AGE realizada em 25 de março de 2014, os acionistas aprovaram a mudança do nome empresarial antes denominada MPE Participações em Engenharia e Serviços S.A. para MPE Engenharia e Serviços S.A. e também pela alteração do objeto social da Companhia com a inclusão de atividades ligadas a engenharia e serviços dos segmentos de transportes e aeroportos. Em 2015, a inclusão desses novos serviços avançou as operações da Companhia. No último trimestre de 2018, os executivos da Companhia assumiram os Ativos e Operações em andamento através da operação Management Buy-Out (MBO). A vantagem contida nessa operação é o fato de os gestores possuírem real conhecimento financeiro e operacional da Companhia. Nesta operação a Companhia carrega consigo mais de 30 anos de Engenharia e acervo. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Companhias por Ações, e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Em 2023 e 2022 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pela Diretoria em 19 de abril de 2024. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes: **3 - Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente às demonstrações financeiras apresentadas. **3.1 Caixa e equivalente de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm convertibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescido da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emissor e os saldos não excedem o seu valor justo. **3.2 Contas a receber:** A conta é constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2023. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **3.3 Investimentos:** As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras das empresas investidas. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição. **3.4 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. **3.5 Ativos circulantes e não circulantes:** Estão registrados ao custo da aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, quando aplicável, que não supera o valor de mercado. Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.6 Apuração do resultado:** As receitas de serviços e venda de produtos, e os correspondentes custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. A parcela atribuída ao imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, conforme a legislação aplicável. **3.7 Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os valores de realização, como aplicações financeiras, depreciação de imobilizado, financiamentos, tributos e contribuições, obrigações trabalhistas e outras obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados em razão de imprevistos inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. **3.8 Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 21/79 da Secretaria da Receita Federal, aplicável a contratos de longo prazo, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Dentre as alternativas de reconhecimento da receita de vendas definidas na referida instrução, a Companhia optou pelo método do custo incorrido.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Representação por recursos disponíveis, a saber:

	2023	2022
Caixa	246	49
Bancos conta movimento	612	735
	1.058	784

5 - Contas a Receber: Os registros contábeis do Contas a Receber da Companhia são efetuados de acordo com o regime de competência dos exercícios, incluindo as medições de serviços a faturar, cujos custos correspondentes já transcorreram até a data do balanço. O prazo médio de recebimentos do contas a receber da companhia em seus diversos contratos giram em torno de 30 (trinta) dias, e os principais clientes da companhia são entes públicos e companhias de economia mista. **6 - Créditos com Terceiros:** Referem-se a adiantamentos de recursos efetuados pela companhia a empresa MPE S.A. Participações e Administração cujo a liquidação se dará ao longo do cumprimento da operação de Management Buy-Out (MBO), operação pela qual ocorreu a alienação do controle da companhia. **7 - Créditos por Avaliação Econômica:** São créditos originários de diversos contratos de prestação de serviços firmados pela companhia, sob o prazo médio de 5 (cinco) anos, os quais não incidem encargos e que a sua realização está relacionada diretamente a performance operacional da companhia da execução destes contratos, os valores foram dimensionados por empresa de consultoria independente.

8 - Outros Recebíveis

	2023	2022
Circulante	18.314	29.884
Não circulante	7.708	8.335
	26.022	38.219

Referem-se, substancialmente, a Adiantamentos a Funcionários e Dividendos a Receber (Circulante) e Depósitos Judiciais (Não circulante).

9 - Participações em Companhias Controladas:

Os investimentos apresentam a seguinte composição:

	Participação %		Resultado Equivalência Patrimonial	2023	2022
	ON	PN			
Controladas e Coligadas	2023	2023			
EBSE Gestão S/A	50,00	-	43.650	630	22.455
Outros Investimentos	-	-	-	1.098	1.099
	-	-	-	630	23.554

10 - Intangível: Refere-se ao valor do Laudo de Avaliação Econômica da Certificação Técnica da Companhia, emitido por empresa de consultoria independente. **11 - Partes Relacionadas (circulante e não circulante):** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimentos para essas transações, os valores se referem substancialmente a Empresa Genconsul Serviços e Comércio de Materiais Ltda, a qual a companhia participa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores a débito da companhia tem a liquidação prevista para curto prazo.

	2023	2022
Circulante	1.756	1.869
	1.756	1.869

12 - Contas com Consorciadas: Referem-se a créditos a receber e a débitos a pagar de consórcios do segmento de Transportes e Aeroportos, no qual a Companhia possui percentuais de participação diferenciados. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para esses créditos. São em sua totalidade consórcios formados para a execução de contratos com a administração pública, com prazos de execução variados. **13 - Obrigações Trabalhistas:** Refere-se ao acordo firmado entre a companhia e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, através de REF, homologado, que tem por objetivo a liquidação das verbas trabalhistas de antigos colaboradores, mediante a atualização de monetária dos valores e com a liquidação em parcelas fixas mensais atualizadas a cada seis meses, com referência no maior índice entre a Selic e IPCA-E.

14 - Outras Obrigações (circulante e não circulante)

	2023	2022
Obrigação para aumento de capital	5.163	5.163
Dividendos a pagar	389	389
Credores diversos	8.008	3.508
	11.580	9.060

15 - Tributos e Contribuições (circulante e não circulante)

	2023	2022
INSS - parcelamento	21.191	1.226
PIS/COFINS/CSLL - parcelamento	300	1.025
IRPJ	32.558	39.012
CSLL	11.720	14.045
ISS - parcelamento e corrente	9.642	9.468
IRRF - parcelamento e corrente	1.859	1.142
PIS - parcelamento e corrente	7.977	5.336
COFINS - parcelamento e corrente	35.987	23.861
Contribuição previdenciária s/ faturamento	25.145	40.335
IOF - parcelamento	11.696	13.450
CPRD desoneração	36.153	-
Impostos ativos compensados	(42.221)	(11.100)
	152.907	137.600

A MPE Engenharia e Serviços S.A., está concluindo conciliações entre as suas posições contábeis e a posição do fisco no que se refere aos tributos e contribuições, em função da Legislação atual. A administração não espera ter impactos significativos em decorrência dessas conciliações. **16 - Capital Social:** O capital social suscitado e integralizado, está representado por 41.610 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Aos titulares das ações é assegurado, estatutariamente, em estád exercício, um dividendo anual mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

17 - Receita Operacional Líquida

	2023	2022
Mercado interno	653.568	601.172
Impostos e abatimentos	(78.235)	(61.922)
Receita operacional líquida	575.333	539.250

18 - Custo e Despesas por Natureza

	2023	2022
Custo das vendas e dos serviços prestados	492.345	420.819
Despesas administrativas	26.588	23.159
Total	518.913	443.978
	2023	2022
Com pessoal	281.694	192.438
Com material de aplicação e venda	103.231	126.469
Com serviços de terceiros e subempreiteira	123.509	90.037
Outros custos e despesas	10.479	41.034
Total	518.913	449.978

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. **Diretores e Acionistas da MPE Engenharia e Serviços S.A. Rio de Janeiro - RJ.**
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da MPE Engenharia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPE Engenharia e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **1.** A Companhia efetuou a equivalência patrimonial nas suas controladas Gest Corp Gestão Empresarial Ltda e EBSE Gestão Empresarial Ltda, com base em balancetes de 31 de dezembro de 2023. Essas controladas não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente não podemos expressar uma opinião sobre esses investimentos. **2.** A administração da Companhia não dispõe de estudo para mensurar o ajuste a valor presente de Ativos e Passivos registrados no seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, conforme determina o CPC 12. Devido a este fato, não temos condições de concluir quanto à eventual necessidade de ajuste dos saldos aos respectivos valores líquidos de realização. **3.** Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia está concluindo uma conciliação entre a sua posição contábil e a posição do fisco com relação aos tributos e contribuições correntes. A administração da Companhia não espera ter impactos significativos em decorrência dessa conciliação. **4.** A Companhia possui em suas contas a receber, créditos vencidos a mais de 360 dias juntos a clientes no montante, aproximado, de R\$ 17.713 mil, para os quais não foi constituída nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa, em virtude de a administração entender que os mesmos serão realizáveis. **5.** Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia por intermédio de seus consultores jurídicos está discutindo judicialmente diversas ações de natureza

trabalhistas e civis. Estes mesmos consultores através de correspondência entregue, a nós auditores, acusam a existência do, aproximadamente, R\$ 1.058 mil, em 31 de dezembro de 2023 referentes às ações com remotas chances de êxito, para os quais não foi constituída qualquer provisão contábil. A Administração da Companhia acredita que em caso de eminente perda de grande parte dessas ações, os valores poderão ser liquidados por cifras muito inferiores às pleiteadas. **Incerteza Realização de Ativos:**

EDUCAÇÃO

Etecs organizam Semana Paulo Freire com atividades

Patrono da educação no Brasil, estudado e reverenciado em várias partes do mundo, Paulo Freire é lembrado pelas Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), tradicionalmente no mês de maio, com atividades que estimulam a criatividade, a cultura e o pensamento crítico dos estudantes.

Neste ano, a Semana Paulo Freire traz para a discussão problemas atuais, como o surto de dengue e a igualdade de gênero. Destacam-se entre os eventos, ainda, feiras de profissões, exibição de filmes e documentários, saraus, gincanas, mostras de arte, palestras e oficinas.

Na Etec Prof. Adolpho Arruda Mello, de Presidente Prudente, a palestra O Hábito de Ler, desenvolvida por um professor e um aluno, "frisa a importância da leitura para amenizar a ansiedade característica da era digital", lembra a orientadora educacional da unidade, Angela Cristina Gomes.

Temas como bullying e lixo zero, além de eventos como a apresentação do documentário Cordel, Rap e Repente integram o amplo programa da Etec José Nunes Dias, de Monte Aprazível, que começou a ser pensado em fevereiro, com o envolvimento de todos os alunos. Uma das atrações, por exemplo, é a palestra A História do vídeo game. "Trata-se de uma aula sobre a guerra fria e o desenvolvimento armamentista durante esse período, que resultou na criação do primeiro vídeo game da história", conta o orientador educacional da unidade Lucas Alves Magalhães. "É uma forma de ensinar guerra fria e geopolítica de uma maneira divertida", resume.

Na Etec Sebrae, da capital, a Semana de Arte de 1922, os poetas modernistas e o sertão como protagonista da drama-

turgia nordestina são alguns dos temas tratados em uma extensa programação, que abre com uma palestra situando os princípios pedagógicos do educador.

As atividades e eventos da Etec Presidente Getúlio Vargas, de Mogi das Cruzes, vão do slam à oficina de xadrez. A exposição intitulada Valores traz a linha de pensamento de Paulo Freire e sua aplicação na sociedade, como explica Tatiane Alves Rodrigues da Conceição, coordenadora da Base Educacional Comum. "Essa ideia implica em promover a educação como um processo libertador, em que os indivíduos são encorajados a questionar e transformar a realidade em que vivem".

BIOGRAFIA

Paulo Freire nasceu no Recife, estado de Pernambuco, em 19 de setembro de 1921. Formado em Direito, criou em 1960 um método rápido de alfabetização, testado em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Na ocasião, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 40 horas pelo seu método, que traz a realidade do aluno para o centro do processo.

O educador é uma das personalidades brasileiras mais homenageadas no mundo, tendo arrebanhado 35 títulos de doutor Honoris Causa em universidades da Europa e dos Estados Unidos. Em 1986, Paulo Freire ganhou o prêmio Educação para a Paz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Entre o vasto conjunto de obras pedagógicas, 'Pedagogia do Oprimido' é o seu título mais cultuado ao propor uma nova forma de relacionamento entre professor e estudante.

OPERAÇÃO KHALIFA

PRF prende empresário ligado a agiotagem do PCC

PEPITA ORTEGA/AE

Um dos nove presos da Operação Khalifa - aberta pelo Ministério Público de São Paulo no rastro de agiotas do PCC - é o empresário Sedemir Fagundes, o 'Alemao', que agencia o funkeiro MC Paiva. Ele foi capturado pela Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, quando estava a caminho do Rio Grande do Sul,

para ajudar as vítimas das enchentes que assolam o Estado - conforme ele mesmo postou nas redes sociais.

A ofensiva da qual 'Alemao' foi um dos alvos mirou uma rede responsável por empréstimos com juros de até 300% ao mês. Quando o valor não era quitado, ameaçavam e extorquiam o devedor.

O promotor Frederico Silvério explicou que empresas e

peças fechavam os empréstimos. Na hora da cobrança, o grupo chegava a 'restringir a liberdade' dos inadimplentes e até invadiam os comércios para pegar itens e 'amortecer a dívida'.

Segundo a Promotoria, o grupo opera na capital paulista e na região do Alto Tietê desde 2020. Em 2023, o esquema movimentou mais de R\$ 20 milhões.

Os integrantes do grupo vi-

viam em casas de alto padrão e dirigiam veículos de luxo, de acordo com o MP. Silvério apontou que, 'no meio social, era evidente o envolvimento com a prática criminosas'.

Ao longo das diligências, em meio ao cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão, foram apreendidas seis armas, incluindo um fuzil, celulares e joias, além de R\$ 65 mil em espécie.

TREMEMBÉ

Playboy do Porsche ficará preso em penitenciária dos granfinos

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou nesta terça-feira passada, o pedido de liberdade do playboy Fernando Sastre de Andrade Filho, o motorista do Porsche que se envolveu no acidente e matou o motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana. Os ministros, porém, acataram a solicitação da defesa para que o assassino seja transferido para a Penitenciária de Tremembé.

Indiciado por homicídio doloso, lesão corporal e fuga do local de acidente, Fernando se apresentou à Polícia na segunda-feira passada, após três dias foragido e, de acordo com a Secretaria da Administração Penitenciária, deu entrada no Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos às 19h05 desta terça-feira.

Condenados em casos de repercussão nacional costumam ser encaminhados à Penitenciária de Tremembé por terem algum tipo de fama e por estarem em risco em presídios "comuns". O complexo prisional de Tremembé não é de segurança máxima, embora seja considerado um "modelo" para outras unidades.

A Penitenciária Dr. José Augusto César Salgado, popular-

mente conhecida como Tremembé II, fica situada em município homônimo, no Vale do Paraíba, a 160 quilômetros de São Paulo.

A prisão foi inaugurada em 1955 e tem área de 8,4 mil metros quadrados. Segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária, Tremembé II tem capacidade para 348 pessoas e conta com 287 internos em regime fechado. Na ala de progressão, destinada a presos do regime semiaberto, são 124 presos, em um local que pode receber até 188. Há, ainda, uma área para as chamadas "prisões civis", como casos por dívida de pensão alimentícia. 53 pessoas ocupavam a área na segunda-feira, com capacidade de 48 pessoas.

Ex-policiais e ex-agentes penitenciários condenados também são encarcerados lá, já que correm risco em presídios comuns. O complexo tem ainda a Penitenciária de Tremembé I, a Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé e a Penitenciária Feminina Tremembé II.

Entre os criminosos mais conhecidos que já passaram no complexo prisional do Tremembé estão Suzane von Richthofen, condenada pela morte dos pais,

bem como os irmãos Cristian e Daniel Cravinhos, que participaram do crime, e Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni, culpados pelo assassinato de Isabella Nardoni.

Elize Matsunaga, presa por matar o marido, Marcos Matsunaga, o ex-seminarista Gil Rugai, que foi declarado culpado por matar o pai e a madrasta, também são rostos conhecidos levados ao complexo.

Tremembé também foi o lugar para o qual Mizael Bispo, condenado por matar a ex-namorada, Mécia Nakashima, foi encaminhado. O mesmo caminho feito pelo médico Roger Abdelmassih, preso por estuprar pacientes, e por Lindemberg Alves, preso pelo assassinato de Eloá Pimentel.

Pessoas ligadas ao esporte também aparecem nessa relação. É o caso do ex-atacante Robinho, preso pela Polícia Federal (PF), após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidir que o atacante deveria cumprir no Brasil a pena de nove anos pelo crime de estupro, determinada pela Justiça da Itália.

O ex-goleiro Edinho, filho de Pelé, também cumpriu pena em Tremembé por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Ele deixou a prisão em 2019.

RELEMBRE O CASO

O acidente ocorreu na madrugada do domingo de Páscoa, 31 de março, na Avenida Salim Farah Maluf, no Tatuapé, zona leste de São Paulo. Fernando Sastre de Andrade Filho dirigia o Porsche que bateu a 156 km/h na traseira do Sanderio do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana. O limite para a via é de 50 km/h.

Os policiais que atenderam a ocorrência permitiram que o empresário deixasse o local com ajuda da mãe, que disse que iria levar o filho ao hospital. Quando os agentes foram até ao hospital para fazer o teste do bafômetro e colher sua versão do acidente, não encontraram nenhum dos dois.

Segundo sindicância da Polícia Militar, os agentes erraram ao não fazer o teste do bafômetro em Andrade Filho logo após o acidente.

O condutor do carro de luxo, porém, se apresentou no 30º Distrito Policial do Tatuapé, zona leste da capital, quase 40 horas depois da ocorrência, no dia 1º de abril - mesmo dia em que Viana foi enterrado em Guarulhos, na Grande São Paulo.

Nexans Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 31.860.364/0014-90 - NIRE 339.0101308-8
Ata da Reunião do Conselho de Administração em 12/03/2024.
Em 12/03/2024, 12hs, por conferência telefônica com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Wellington Henrique Fernandes Rodrigues, secretário na filial de Rio de Janeiro /RJ. **Deliberações aprovadas: Substituição do administrador / responsável pela Companhia, perante o Ministério da Fazenda e órgãos fiscais. 1.1.** Em substituição do Sr. Márcio Pereira Lima, brasileiro, economista, fica designado como administrador e responsável pela Companhia, o Sr. **Gwénaél Sylvain Gilbert**, francês, engenheiro. Nada mais. Rio de Janeiro, 12/03/2024. Wellington Henrique Fernandes Rodrigues, Secretário, OAB/SP 278.429. JUCEFJA nº 33300353526, 09/04/2024; Protocolo: 2024/00300235-0, 03/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Vei - Secretário Geral.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização ("Emissora")**, nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunir em 28 de maio de 2024, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, a fim de, em sede de Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A não declaração do vencimento antecipado da operação em razão do descumprimento de obrigação de pagar os valores devidos em relação à amortização extraordinária devida pela Emitente em relação ao mês de março de 2023 e multa correspondente, conforme previsto na Cláusula 5.4.1 do ano anterior; (ii) Maio - correspondente ao 1º trimestre do exercício social do ano corrente; (iii) Agosto - correspondente ao 2º trimestre do exercício social do ano corrente; (iv) Novembro - correspondente ao 3º trimestre do exercício social do ano corrente; b) A Cláusula 5.4.1.6, para que a Amortização Extraordinária Obrigatória ou, conforme o caso, o Resgate Antecipado Obrigatório Total, ocorrerá na Data de Pagamento dos CRI 5.4.1.6. A Amortização Extraordinária Obrigatória ou, conforme o caso, o Resgate Antecipado Obrigatório Total, deverá ocorrer na Data de Pagamento dos CRI imediatamente posterior ao mês de apuração do ICSD. c) A Cláusula 5.4.1.7, referente ao cálculo do fluxo de caixa disponível, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: Fluxo de Caixa Disponível = EBITDA - PMT - IRCSLL - Despesas do Tráfego, observado que: • EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization): significa o Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras e do IRPJ e CSLL somados a Amortizações e Depreciações dos ativos. Calculado conforme fórmula abaixo: O cálculo do EBITDA será realizado da seguinte forma: (+) Lucro líquido (+ ou -) receitas / despesas financeiras líquidas (+) provisão para IRPJ e CSLL (- ou +) resultados não recorrentes após os tributos (+) depreciação, amortização, exaustão do tráfego. • PMT: o montante estimado da parcela, referente às competências do Tráfego de Pagamento, de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais ou, conforme o caso, Saldos do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, acessado da Remuneração correspondente, considerando a data do cálculo. • IRCSLL: significa IRPJ e CSLL do Tráfego. • Tráfego: significa o Trimestre de Referência. Por exemplo, na apuração de abril de 2025, serão utilizadas as informações que constam nas Demonstrações Financeiras de outubro de 2024, novembro de 2024 e dezembro de 2024. • Tráfego de Pagamento: Significa trimestre de referência de pagamento. Por exemplo, na apuração de abril de 2025, serão utilizadas as informações que constam nas Demonstrações Financeiras de novembro de 2024, dezembro de 2024 e janeiro de 2025. • Despesas do Tráfego: Significa despesas desembolsadas recorrentes e vinculadas à emissão dos CRI no trimestre de referência. O valor deverá ser calculado pela Emissora e enviado conjuntamente da comunicação prévia, conforme cláusula 5.4.2. das Notas Comerciais. (iii) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido na cláusula 11.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail ge.l.agente@investtrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, no sistema de plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: ge.l.agente@investtrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no termo de securitização e nos demais documentos da operação.
São Paulo, 08 de maio de 2024. Atenciosamente,
Canal Companhia de Securitização
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

MORTE SUSPEITA

Polícia identifica corpo de homem encontrado em lago do Ibirapuera

CAIO POSSATI/AE

A Polícia Civil identificou o cadáver do homem que foi encontrado no lago do Parque Ibirapuera, zona oeste de São Paulo, na manhã do dia 30 de abril. A vítima é Luiz Carlos de Melo. Ele tinha 56 anos e era de Contagem, cidade de Minas Gerais. O caso segue sendo investigado pelo 36º DP (Vila Mariana), informou a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A identificação foi feita com base em exames datiloscópicos, produzidos a partir das impressões digitais de Melo. De acordo com o investigador Fábio Moller Ernesto, que está à frente do caso,

a vítima era uma pessoa em situação de rua e a última residência, conforme os registros civis, foi um albergue na Mooca, zona leste de São Paulo.

A causa do óbito ainda está em investigação, mas os legistas descartam morte por violência. "Não foram identificadas marcas de tiros, facadas ou lesões na região da cabeça", afirmou Moller Exames toxicológicos, que atestam a ingestão de alguma substância antes da morte, ainda não foram concluídos pelo Instituto Médico Legal (IML).

A data exata da morte também não foi definida ainda pelos legistas, mas, de acordo com o investigador, aconteceu dentro de um

período de 10 dias antes do corpo ser encontrado. A polícia vai analisar as imagens das câmeras de monitoramento do parque dentro deste período, informou Moller.

RELEMBRE O CASO

No dia de 30 de abril, o corpo de Luiz Carlos Melo foi encontrado pelo Corpo de Bombeiros, já sem vida, dentro do lago do Ibirapuera. Ele estava sem roupas e sem documentos. As vestes, segundo o investigador, ainda não foram localizadas também, apesar das buscas. "É possível que ele estivesse tomando banho, mas nada está descartado", disse.

As investigações apontam que a vítima tem registro em alber-

gues da capital desde 2010, e não tinha passagem criminal. Um ofício foi feito ao albergue da Mooca para que o local forneça mais dados de Melo.

"Agora estamos tentando localizar os parentes da vítima para ter mais informações. Mas, até hoje nenhum boletim de ocorrência de desaparecimento foi feito na tentativa de achá-lo. Ou seja, ninguém procurou por ele ainda", disse Fábio Moller.

Em nota, a SSP-SP informou que as equipes "aguardam os resultados dos demais exames periciais, que estão em fase de elaboração e serão analisados pela autoridade policial tão logo forem finalizados".

Nota

INVESTSP APOIA PARCERIA ENTRE SÃO PAULO OKTOBERFEST E OKTOBERFEST DA ALEMANHA

A IMM Esporte e Entretenimento, empresa organizadora da São Paulo Oktoberfest, estabeleceu uma parceria inédita com autoridades do Estado da Baviera e com a Prefeitura de Munique, que organizam a mais tradicional Oktoberfest da Alemanha. O acordo é um marco histórico que fortalecerá os laços culturais e turísticos entre São Paulo e a Baviera, promovendo uma colaboração efetiva entre as duas celebrações da cultura alemã. Para a construção dessa parceria, a São Paulo Oktoberfest contou com o apoio da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo. Vale destacar que a Agência mantém um escritório em Munique -, unidade que possibilita a abertura de

mercados para empresas de São Paulo na Europa e apoia, também, que investimentos europeus cheguem até o Brasil. "Esta parceria histórica entre a São Paulo Oktoberfest e a Oktoberfest de Munique representa um passo importante na promoção da cultura alemã no Brasil e no fortalecimento dos laços entre São Paulo, Baviera e toda a comunidade alemã. Ambos os festivais estão comprometidos em promover, ativamente, um ao outro, ampliando o alcance e a visibilidade de seus eventos e promovendo uma compreensão mais profunda da cultura alemã e, também, o turismo nos dois lados do Atlântico", afirma Walter Cavalheiro, presidente da São Paulo Oktoberfest. O acordo entre a Baviera e São Paulo aborda diversos aspectos para fortalecer os laços culturais e turísticos entre ambos. Isso inclui o estabelecimento de um acordo oficial para promover experiências culturais e turísticas nos festivais, visando impulsionar o relacionamento entre os dois estados.

MEIO AMBIENTE

Desmatamento da Amazônia cai 21,8%; Pantanal reduz 9,2%

PAULA FERREIRA/AE

O índice de desmatamento na Amazônia caiu 21,8% em um ano, segundo dados divulgados pelo governo federal ontem. De acordo com os números do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de agosto de 2022 a julho de 2023 foi desmatada uma área de 9.064 km², número inferior aos 11.594 km² registrados um ano antes.

A área desmatada na Amazônia no último ano é a menor registrada desde 2019. Em novembro do ano passado, o governo já tinha divulgado uma estimativa desta taxa, que mostrava uma queda de 22,3%. A variação, segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, está dentro da margem de erro.

Já no Pantanal, outro bioma importante do País, a queda foi menos expressiva. No último

período analisado, foram desmatados 723 km², número que representa uma redução de 9,2% em relação ao período anterior.

A principal estratégia do governo para reduzir o desmate na área foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que reúne ações em eixos como fiscalização, monitoramento e desenvolvimento da bioeconomia local, entre outros.

A meta de zerar o desmatamento na região até 2030 é uma promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma das principais vitrines do Brasil na discussão global sobre clima.

"Esses resultados são a combinação de instrumentos: as ações de fiscalização, mas também as ações voltadas para outros eixos do PPCDAm. Como, por exemplo, instrumentos eco-

nômicos e creditícios, aporte de recursos para que a gente possa fazer uma abordagem positiva, ajudando a mudar modelos de desenvolvimento, criando alternativas de base sustentável", afirmou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

No caso do Cerrado, as taxas confirmadas já tinham sido divulgadas pelo governo no ano passado e mostravam um aumento de 3% do desmatamento no bioma. No último período analisado, o desmate do Cerrado chegou a 11.011 Km², ante 10.688 Km² na medição anterior.

PLANO

Durante a apresentação dos dados, a ministra Marina Silva falou sobre a importância do combate ao desmatamento no âmbito das políticas relacionadas às mudanças climáticas.

Marina afirmou que o governo trabalha na construção de um "PPClima", em referência ao PPCDAm, para preparar municípios para eventos extremos causados pelo clima. A ministra mencionou a situação do Rio Grande do Sul, onde até o momento 100 pessoas morreram em decorrência de enchentes.

"O que vamos fazer com município 100% alagado no Rio Grande do Sul? Não tem medida de prevenção que dê conta de uma situação dessa. Isso está acontecendo em função da ação humana. Se não revertermos os processos que levam à mudança do clima, teremos uma situação muito difícil", afirmou.

A ministra afirmou que o plano começou a ser desenhado em fevereiro de 2023 após o desastre em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, quando 64 pessoas morreram em decorrência das fortes chuvas.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Estragos das chuvas atingiram 85% dos municípios do RS

SABREINA CRAIDE/ABRASIL

O número de mortes em decorrência das chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul chegou a 105 no fim desta quarta-feira. Mais de 1,47 milhão de pessoas foram afetadas em 425 municípios do estado, o que corresponde a 85,5% das 497 cidades gaúchas. Segundo dados da Defesa Civil estadual, 130 pessoas estão desaparecidas e 163 mil estão desalojadas, ou seja, pessoas que tiveram, em algum momento, que buscar abrigo nas residências de familiares ou amigos. Nos abrigos mantidos pelas prefeituras e pela sociedade civil estão 67,4 mil pessoas.

Há previsão da chegada de um ciclone extratropical no extremo sul do estado, com chuvas de mais de 100 milímetros. A partir de hoje, a previsão é de tempo frio e seco na maior parte do estado. As temperaturas devem cair, chegando a 4 graus Celsius (°C) nas regiões mais frias. Em Porto Alegre, a mínima deve ser de 12°C, conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

RECURSOS

Uma portaria do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional dispensa a apresentação de planos de trabalho para liberação imediata de recursos para o socorro e a assistência às vítimas das en-

chentes no Rio Grande do Sul. De acordo com o texto, publicado no *Diário Oficial da União*, os repasses são de R\$ 200 mil para municípios com até 50 mil habitantes, de R\$ 300 mil para os que têm até 100 mil habitantes e de R\$ 500 mil para aqueles com mais de 100 mil.

"Este é um valor para ajuda imediata. Isso não quer dizer que não haverá outros valores, a partir dos planos (de trabalho). Isso é para garantir, precisamos que as pessoas que estão nos abrigos tenham água, comida, coberta, banheiro químico, material de higiene", disse, ontem à tarde, em Porto Alegre, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, Paulo Pimenta, um dos coordenadores da resposta do governo federal às enchentes no Rio Grande do Sul.

De acordo com o secretário nacional de Defesa Civil, Wolney Wolff, os recursos devem ser solicitados mediante ofício, sem plano de trabalho, com liberação sumária por parte do governo, em contas da Caixa Econômica Federal. O dinheiro poderá ser usado para aquisição de água, kits de limpeza e de alimentação e de combustível, entre outros. "Ficou muito à vontade para o prefeito fazer a compra imediatamente a apoiar a população que precisa", afirmou.

DEMOCRACIA

Senado vai analisar criminalização de apologia a tortura e ditadura

JULIA CAMIM/AE

A Comissão de Defesa da Democracia do Senado Federal deve analisar na próxima quarta-feira, o projeto de lei do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que criminaliza a apologia à tortura e à ruptura democrática no País. O texto insere as condutas no Código Penal e prevê pena de detenção de três a seis meses e pagamento de multa. A apreciação da proposta estava agendada para esta semana, mas a sessão foi adiada.

Relatado pela senadora Teresa Leitoão (PT-PE), o projeto proíbe a publicação ou disseminação, em ambiente virtual ou não, de conteúdo que incite crimes ou exalte criminosos, bem como a tortura, torturadores e a instauração de regime ditatorial.

Caso a infração seja cometida por agente político, membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público, a pena é agravada e pode chegar a um ano de detenção. Já em casos em que for comprovada a utilização de perfis falsos nas redes sociais ou o

emprego de "robôs", a pena pode ser aumentada pela metade.

Rogério Carvalho defende que existem "diferenças imprescindíveis entre liberdade de expressão e apologia ao crime". De acordo com o parlamentar, enquanto a liberdade de expressão é um direito previsto na Constituição, há "crimes que podem ser cometidos através da palavra", como o racismo e a injúria, que não só ofendem, mas captam "grupos radicais que difundem discurso de ódio travestidos de liberdade de pensamento".

Para ele, a liberdade de expressão deve ser diferenciada das práticas que "ameaçam cercar as demais liberdades" e que, "num momento de crise política", a democracia seja protegida.

Com o parecer favorável da relatora, o projeto deve passar ainda pelas comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados e, posteriormente, para sanção presidencial.

REDE SOCIAL

Na mesma sessão, ainda será analisado pelo colegiado um projeto da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) que prevê a punição de invasões e apropriações de contas em redes sociais. Além de tipificar, também no Código Penal, a prática de tomar, sem autorização, o perfil de outro indivíduo, o texto da parlamentar estabelece que, caso haja prejuízo econômico à vítima, a pena pode ser agravada e chegar a quase sete anos de reclusão.

De acordo com a proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Weverton (PDT-MA), muitas vezes as vítimas da infração "dependem da rede social para o seu sustento" e são prejudicadas, ou pela exigência de pagamento para a recuperação da conta, ou pela exposição que sofrem.

Após análise na Comissão de Defesa da Democracia, o texto vai para a CCJ e para a Comissão de Comunicação e Direito Digital, e, se aprovada, segue para tramitação na Câmara.

CACs

STF invalida lei de Muriaé que facilita porte de arma de fogo

JULIA CAMIM/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que é inconstitucional uma lei de Muriaé, município de Minas Gerais, que reconhecia como de risco as atividades de CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores). Para os ministros, a legislação avança sobre tema que deve ser tratado exclusivamente pela União.

A lei foi aprovada em 2022 na esteira de um movimento em municípios e estados para dar porte de arma restrito aos CACs. Com o reconhecimento de "atividade de risco", o direito imediato ao porte de arma para a categoria não ficava assegurado, mas poderia impossibilitar a Polícia Federal de analisar caso a caso as novas solicitações. Cabe a delegados federais avaliar a "efetiva necessidade" de quem solicita

o porte - condição que possibilita a livre circulação com arma-tamento.

A decisão foi tomada em sessão virtual realizada na segunda-feira, passada, no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sob representação da Advocacia-Geral da União (AGU).

De acordo com o voto do relator da ação, ministro Cristiano Zanin, a legislação e a fiscalização sobre o direito ao porte e ao uso de armas de fogo e material bélico cabe somente à União, visto que o assunto relaciona-se à segurança nacional.

O ministro também reiterou que o transporte de armas apenas é permitido por meio da emissão de guia de trânsito pelo comando do Exército que concedeu o certificado de registro ao CAC. No entanto, ressaltou Zanin, a guia também não diz respeito ao direito de

porte de arma para defesa particular, o qual exige "autorização excepcional, mediante concessão e registro na Polícia Federal".

O Tribunal manteve o entendimento aplicado em julgamentos de outras normas que facilitam o acesso ao porte e ao uso de armas de fogo também questionadas pela Presidência da República. Em dezembro do ano passado, quando foi contestada a lei de Muriaé, foram feitos outros nove pedidos de suspensão de leis estaduais e municipais.

Já em abril deste ano, mais duas solicitações apresentadas ao STF questionaram normas do Rio Grande do Sul e do Paraná sob argumento de que as leis "colocam em risco a sociedade, que estará exposta a mais armas". No mesmo mês, uma das leis paranaenses contestadas, que também facilitava o porte de arma de fogos aos CACs, foi barrada.

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ: 01.417.222/0001-77 - NIRE: 33.300.163.565 - Companhia Aberta - Registro CVM: 01794-9
 Extrato Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada às 09h do dia 26/04/2024. Local: na sede social da Companhia, situada na Praia de Botafogo, n.º 226, 7.º andar, sala, nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, de forma exclusivamente digital, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, por meio da plataforma Microsoft Teams. Presença: Presentes, tanto em Assembleia Geral Ordinária quanto Extraordinária, acionistas representando 70,54% do capital social votante e 83,14% do capital social total, tudo conforme registrado no Livro de Presença dos Acionistas, considerando-se presentes os acionistas que participaram por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams e por meio do envio antecipado de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"). Mesa: Sr. Marco Aurélio Brito Braga, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, e Carolina Canal Gonçalves Kestelman, secretária. Convocação: edital de convocação e aviso aos acionistas foi publicado no Diário do Acionista, edições dos dias 26, 27 e 28 de março de 2024, para fins dos artigos 124, 133 e 289 da Lei nº 6.404/76. Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária, os itens "I" e "II" da Ordem do Dia, nos termos do art. 132, item I, da Lei nº 6.404/76, abrangiam tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras (ou contábeis) relativas ao exercício social encerrado no dia 31/12/2023. Foi informado que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda exarou relatório do auditor independente pela adequação das demonstrações contábeis, sem quaisquer ressalvas. Além disso, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de março do corrente ano, se manifestou favoravelmente à aprovação do relatório da administração, das referidas demonstrações contábeis e, em consequência, das contas da administração. Submetidas às discussões e subseqüente votação, esta Assembleia Geral aprovou, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante), o relatório da administração e as demonstrações financeiras (ou contábeis) acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e, em consequência, as contas da administração referentes ao mesmo exercício. A seguir, relativamente ao item "III" da Ordem do Dia e acolhendo proposta dos órgãos da administração, os acionistas, considerando que a Companhia obteve no exercício social findo em 31/12/2023 um lucro líquido de R\$1.200.148.915,04 (um bilhão, duzentos milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e quinze reais e quatro centavos) e que dele se faz necessário deduzir a parcela destinada à reserva legal correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, no valor de R\$60.007.445,75 (seiscentos milhões, sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); o pagamento de dividendos no valor de R\$285.035.367,32 (duzentos e oitenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido (após a dedução de 5% destinado à reserva legal), nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76), a serem pagos em uma única parcela em dezembro de 2024, conforme será oportunamente avisado aos acionistas. O valor dos dividendos não sofrerá qualquer atualização entre a data desta Assembleia Geral e a data do seu pagamento. Somente terão direito a dividendos os acionistas inscritos nos livros da Companhia ao final do dia 26/04/2024; b) a retenção do montante de R\$855.106.101,97 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, cento e um reais e noventa e sete centavos), correspondente à parcela de 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido (após a dedução de 5% destinado à reserva legal), nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, para custeio de parte dos investimentos previstos em orçamento de capital do exercício social de 2024, no valor total de R\$3.687.064.000,00 (três bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, sessenta e quatro mil reais), conforme consta da respectiva proposta da administração e a aprovação do orçamento de capital apresentado referente ao exercício social de 2024, para fins do disposto no art. 196 da Lei nº 6.404/76. Na sequência, com referência à remuneração dos membros da administração para o período compreendido entre 01/01/2024 e 31/12/2024 (item "IV" da Ordem do Dia), os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Minerações Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante); a atualização do art. 5.º do Estatuto Social para refletir o valor atualizado do capital social, passando o texto a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5.º - O capital social da Companhia é de R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'. Dessa forma, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reserva, contando com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por

MÚSICA

Museu do Samba é declarado patrimônio histórico e cultural

O Museu do Samba foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Localizado na zona norte do Rio, o museu foi fundado em 2001 e reúne o maior acervo do gênero no Brasil, com mais de 45 mil itens. A instituição oferece também uma rica e variada programação cultural e educativa, com exposições fixas e sazonais, eventos musicais, gastronômicos e multimídia.

O reconhecimento foi feito por meio da Lei 10.360/24, sancionada na segunda-feira passada pelo governador Cláudio Castro e publicada no *Diário Oficial* do estado na terça-feira.

A lei, de acordo com o governo do estado, não tem natureza de tombamento, ou seja, não impede alterações nas características e instalações da

sede do museu. O texto, no entanto, afirma que o governo poderá apoiar iniciativas voltadas à valorização e divulgação do espaço.

O Museu do Samba foi fundado em 2001 pelos netos do compositor Cartola e sua esposa e baluarte da Mangueira, Dona Zica. O museu nasceu com o nome de Centro Cultural Cartola. Em 2015, foi rebatizado com o nome atual e ampliou sua atuação.

O museu é, atualmente, uma organização social que promove a valorização, a difusão e a preservação da memória do samba e dos sambistas. Possui ainda um Centro de Documentação e Pesquisa do Samba e uma coleção audiovisual com mais de 160 depoimentos originais gravados por grandes nomes da história do samba e do carnaval exclusivamente para o museu.

RIO E SÃO PAULO

Defesa prorroga GLO em portos e aeroportos

O Ministério da Defesa prorrogou até 4 de junho a permanência da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos internacionais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A medida está em vigor desde novembro do ano passado. A portaria assinada pelo ministro, José Múcio, foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*.

Com a medida, as Forças Armadas permanecem atuando nas atividades de GLO no Porto do Rio de Janeiro, no Porto de Itaguaí (RJ), no Porto de Santos, em São Paulo, no Aeroporto Internacional Tom Jobim (RJ) e no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (SP).

A portaria do Ministério da Defesa prevê que os militares participarão em ações preventivas e repressivas, no trabalho de monitoramento e inteligência, e não inclui policiamento de ruas e bairros.

Desde novembro, Exército e Aeronáutica incrementaram nas áreas definidas no decreto as operações que já realizam nos portos e aeroportos. Já a Marinha fortalece as ações preventivas e repressivas nas

baías de Guanabara e de Sepetiba, ambas no Rio de Janeiro, e nos acessos marítimos ao Porto de Santos.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, desde que foi implementada a GLO, 172,3 toneladas de drogas foram apreendidas, sendo 12,4 toneladas de cocaína e 5,4 toneladas de pasta-base de cocaína. Um total de 282 armas foram apreendidas (entre elas 30 fuzis), 3.178 pessoas foram presas e houve 11,2 mil fiscalizações em embarcações e 107,6 mil cargas inspecionadas, além de 7,8 mil contêineres vistoriados.

O valor empregado em diárias e custos operacionais ficou em R\$ 215,6 milhões, divididos entre Polícia Federal (R\$ 3,2 milhões), Força Nacional (R\$ 1,5 milhão), Forças Armadas (R\$ 182 milhões) e Polícia Rodoviária Federal (R\$ 28 milhões).

Previstas na Constituição Federal, as GLOs conferem às Forças Armadas a autonomia necessária para que atuem com poder de polícia, por tempo predeterminado, em área previamente definida.

Nota

VENDAS NO VAREJO DO ESTADO DO RIO CRESCEM 4,1% EM MARÇO

As vendas no varejo do Estado do Rio de Janeiro cresceram 4,1% em março, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Na passagem de fevereiro para março, o crescimento foi de 0,1%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "O aumento do consumo está relacionado à estabilidade do ambiente econômico que temos hoje no Rio de Janeiro e, também, ao aquecimento do mercado de trabalho, que tem apresentado crescimento contínuo no estado. Desde o início de nossa gestão, temos executado políticas públicas que proporcionem uma melhor qualidade de vida à população fluminense, e o resultado está aí", declarou o governador Cláudio Castro. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinícius Farah, o resultado positivo do varejo é consequência da presença, no Estado do Rio, de elementos determinantes para o crescimento do consumo e, consequentemente, do varejo.

NOVA KAERU INDUSTRIA DE COUROS S.A.

CNPJ nº 07.932.004/0001-57 - NIRE 33.3.0031505-5

COMUNICADO DE EXTRAVIO DE LIVRO SOCIETÁRIO

NOVA KAERU INDUSTRIA DE COUROS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), sob o NIRE 33300315055, inscrita no CNPJ sob nº 07.932.004/0001-57, com sede social no Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada São Joaquim, S/N, KM 0, Bairro Borepessa, CEP 28.840-000, COMUNICA A FRAÇA e ao mercado em geral, para todos os fins de direito, o EXTRAVIO do Livro de Registro das Ações Nominativas, de nº da ordem 1, registrado e autenticado perante a JUCERJA em 25/02/2016 sob o nº 266503, mediante o protocolo nº 36-2018/062938-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

CONCESSÃO DE LICENÇA

29.138.328/0001-50

Horeb Brasil Energia e Combustíveis Ecológicos Ltda – CNPJ: 35.064.391/0002-73, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal – SMMAPA a Licença de Instalação de nº 012/2024, emitida em 26 de abril de 2024. Esta licença é válida até 26 de abril de 2026. Autoriza a empresa para a atividade de instalação da empresa de fabricação de catalisadores para combustíveis e biocombustíveis, com área construída de 1.463,02m², localizado na Rua Capitão Guynemer, nº 1.864 – Quadra 607, Lote 1, Bairro Xerém, Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000615/2023.

PACOTE DE MILEI

Argentinos se preparam para segunda greve geral

CAROLINA MARINS/AE

As principais centrais sindicais da Argentina se preparam para uma nova greve geral, a segunda durante o governo do libertário Javier Milei, cujas políticas de ajuste econômico avançam no Legislativo. Diversas atividades serão afetadas total ou parcialmente hoje, durante a paralisação de 24 horas em setores que vão desde o transporte a comércio, educação e bancos.

Esta é a segunda greve geral convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), sendo que a primeira ocorreu em janeiro logo após o novo presidente apresentar o seu DNU (Decreto de Necessidades e Urgências) que desregulamenta a economia e o Estado argentino, e poucos dias depois da chegada de sua Lei Ônibus. Aquela greve, bem como os protestos subsequentes, ocorreram sob o novo protocolo de segurança do governo, que aumenta a repressão e pune bloqueios de rua.

Protestos ocorreram durante quase todos os dias desta semana, cada dia abrangendo uma categoria diferente. Na segunda-feira passada, sindicatos dos transportes públicos terrestres, aéreos e marítimos protestaram contra a reforma trabalhista do governo. Na terça a mobilização foi para exigir aumentos na ajuda às cozinhas populares do país, que se veem afetadas pelo corte de recursos e por uma auditoria do governo atrás de corrupção.

Diferentemente da primeira vez, esta greve de amanhã não prevê uma grande mobilização dos sindicatos nas ruas. Mas promete afetar serviços importantes em Buenos Aires e seu entorno. Não haverá transporte público

de passageiros por 24 horas e os bancos ficarão fechados; no entanto, os hospitais funcionarão com equipes mínimas.

Não haverá voos domésticos nem internacionais durante 24 horas. Todos os sindicatos do serviço aéreo aderiram ao protesto contra a possível privatização da Aerolíneas Argentinas e a política de "céus abertos" implementada pelo governo para facilitar a atividade de companhias de baixo custo no país. Estima-se que mais de 700 voos serão cancelados, o que afetará mais de 90 mil passageiros.

O sindicato de trabalhadores de supermercado também aderiu, o que pode afetar principalmente as grandes cadeias de supermercados do país. As escolas e universidades públicas não funcionarão e as escolas particulares devem funcionar parcialmente já que preveem serem afetadas pela paralisação dos transportes.

O governo, no entanto, prometeu descontar o dia de trabalho dos trabalhadores estatais que não se apresentarem para trabalhar. "Quem não cumpre a sua atividade, não recebe", afirmou ontem, o porta-voz da presidência, Manuel Adorni, em sua tradicional coletiva de imprensa, sem especificar como vai diferenciar trabalhadores em greves daqueles que não comparecerem por impossibilidade.

Adorni ainda lembrou que existe uma linha direta para denunciar o que considera como extorsão por parte dos sindicatos. "As organizações que participarem da marcha deverão arcar com as despesas que a situação do dia de amanhã causar", afirmou. A CGT, porém, não planeja fazer uma mobilização nas ruas, apenas uma coletiva

de imprensa no fim da tarde.

A cobrança de despesas de protestos é uma medida prevista no protocolo de segurança da ministra Patricia Bullrich que busca punir os tradicionais piquetes, que fecham ruas principais da cidade. Segundo a medida, que é alvo de críticas de grupos de direitos humanos, a polícia pode reprimir quem tentar fechar qualquer rua.

A greve desta vez acontece em um contexto distinto que a de janeiro. Naquela, Milei recém havia lançado seus planos econômicos altamente ambiciosos e ainda não havia colecionado os reveses políticos que enfrentou. Agora, o DNU encontrado se parcialmente rejeitado após uma votação fracassada no Senado; a Lei Ônibus foi desistada, avançou no Congresso e naufragou na mesma velocidade, fazendo Milei abrir uma frente de batalha contra a oposição que é disposta a dialogar.

A Lei Ônibus encolheu para quase um terço de seu tamanho original e agora é só Lei Bases (este já era o nome original da lei, que ganhou apelido 'ônibus' devido ao seu tamanho com 600 artigos), que finalmente avançou no Congresso após intensa negociação e concessões por parte do governo. O projeto já começou a ser discutido no Senado, onde a vida de Milei é ainda mais difícil contra a forte oposição peronista.

Do lado econômico, porém, o presidente acumulou boas notícias, com o primeiro trimestre superavitário da Argentina em 16 anos. As medidas foram elogiadas pelo governo dos EUA e pelo FMI, com que a Argentina renegocia uma dívida bilionária. O outro lado dessa moeda, no entanto, é o aumento exponencial

da pobreza, para cifras maiores que as da época da pandemia.

É esse avanço da pobreza, em conjunto com a política de demissões de funcionários públicos, cortes de repasse às províncias, congelamento de salários e uma recessão proposital que tem derrubado o consumo e a produção do país, que impulsiona manifestações quase semanais.

No início de abril, dirigentes sindicais e trabalhadores declararam greve em estatais e tentaram entrar em prédios ministeriais do governo em protesto contra a demissão em massa de servidores públicos. Segundo o governo, 15 mil contratos de trabalho temporários se encerraram em março e não foram renovados e o governo espera demitir mais de 70 mil este ano. O protesto terminou em confronto com a polícia em meio a uma operação especial de segurança que colocou até a Polícia Federal nas ruas.

O último grande protesto, em 24 de abril, foi de professores e estudantes das universidades públicas do país que se veem em estado de emergência devido ao corte de repasses. A mais importante deles, a Universidade de Buenos Aires (UBA) teme não ter dinheiro para abrir as portas no mês que vem. Segundo cálculos do jornal La Nación, com base em análises fotográficas, 430 mil manifestantes estiveram presentes no final da tarde - quase o dobro dos participantes no velório de Diego Maradona, que aconteceu durante as restrições da pandemia.

Milei ainda guarda um apoio considerável, em torno dos 50%, mesma cifra que conquistou nas eleições. Mas analistas se questionam até quando o humor social se manterá esperançoso como está agora.

GUERRA NO ORIENTE

Aliados do genocídio, EUA fazem pausa em envios de armas a Israel

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, afirmou que o país fez uma pausa nos envios de armas a Israel para reavaliar a situação, já

que o governo acredita que os israelenses não deveriam lançar um grande ataque a Rafah sem prestar contas e proteger os civis.

Em depoimento no Congresso, o secretário disse que a decisão não é definitiva, e que haverá uma "reavaliação das ajudas de segurança que estão sendo

providenciadas".

Segundo ele, os Estados Unidos seguem "absolutamente comprometidos com o direito de Israel se defender".

CONFISCO

UE chega a acordo para dar ativos congelados da Rússia para Ucrânia

LAÍS ADRIANA/AE

A União Europeia (UE) chegou a um acordo preliminar sobre o uso dos lucros de 210 bilhões de euros (US\$ 225 bilhões) em ativos financeiros da Rússia para financiar ajuda militar e humanitárias para a Ucrânia. A medida ainda precisa ser votada e aprovada oficialmente por todos os 27 países-membros.

O acordo deve liberar até 3

bilhões de euros (US\$ 3,2 bilhões) por ano para Kiev, dos quais 90% podem ser gastos em munição e outros equipamentos militares. Autoridades disseram que uma primeira parcela dos fundos poderia chegar a Kiev em julho.

O anúncio foi realizado oficialmente pela Bélgica, que detém a presidência do Conselho Europeu em 2024 e concentra a maior parte dos bens russos na

Europa. "Embaixadores europeus concordaram em princípio com medidas relacionadas a receitas extraordinárias dos ativos russos imobilizados", destaca o comunicado publicado no X, antigo Twitter.

Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen parabenizou a decisão, também por meio de publicação no X. "Não poderia haver um símbolo mais forte e um uso maior para

esse dinheiro do que tornar a Ucrânia e toda a Europa um lugar mais seguro para se viver", escreveu.

Medidas para utilizar os ativos russos como apoio para a Ucrânia vêm sendo discutidas há meses, mas enfrentaram resistência de alguns países-membros do bloco, o que motivou a inclusão da cláusula que exige uso de pelo menos 10% dos fundos para suporte humanitário geral.

Nota

HALEY GANHOU 1 EM 5 REPUBLICANOS EM PRIMÁRIA E MOSTRA INSATISFAÇÃO DO PARTIDO COM TRUMP

O fantasma da campanha presidencial de Nikki Haley está angariando um apoio significativo nas primárias estaduais do Partido Republicano, apesar de ela ter se retirado da disputa em março, pouco antes de Donald Trump ter conquistado a indicação republicana. O apoio a Haley - mais recentemente em Indiana, onde ela obteve mais de 21% dos votos na terça-feira - sinaliza o descontentamento persistente dos eleitores do partido com o ex-presidente. Trump está acumulando vitórias nas primárias, mesmo tendo passado grande parte de seu tempo recentemente em um tribunal de Nova York, enfrentando

acusações criminais estaduais envolvendo pagamentos de propina a uma atriz pornô. Ex-governadora da Carolina do Sul e embaixadora da Organização das Nações Unidas (ONU), Hayley se qualificou para a votação em Indiana antes de encerrar sua campanha há dois meses e não apoiou publicamente a campanha de Trump. O apoio de Haley foi maior nos condados urbanos e suburbanos de Indiana. A republicana obteve 35% dos votos no condado de Marion, em Indianápolis, e mais de um terço dos votos no condado suburbano de Hamilton. Como em outros estados, ela se saiu melhor nas áreas mais democratas do estado. Um assessor de campanha de Haley não retornou imediatamente uma mensagem pedindo comentários sobre os resultados.